

O QUE BUSCAMOS COM OS ESTUDOS NESTE VOLUME?

Affonso Celso Pastore

Marcelo Gazzano

Caio Carbone

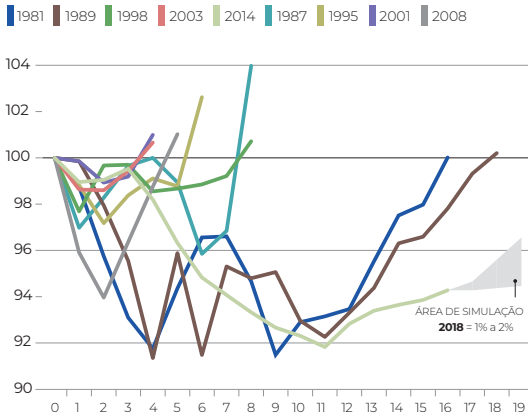
1. Introdução

Quando em novembro de 2017 os associados do CDPP se reuniram para discutir um conjunto de estudos voltados à formulação de políticas econômicas a ser realizado ao longo de 2018, o Brasil já havia iniciado a recuperação cíclica da profunda recessão que começou no primeiro trimestre de 2014. Não havia mais dúvida de que o crescimento do PIB em 2017 seria muito pequeno, mas ainda havia a esperança de que a queda da taxa de juros combinada com o progresso na aprovação da agenda de reformas do governo Temer, começando pela reforma da previdência, poderia acelerar a recuperação cíclica em 2018. Com o ano de 2018 chegando à sua parte final aquela esperança já se esvaiu, e mesmo que atingíssemos um improvável crescimento de 2% em 2018, chegaríamos ao final do ano, após 19 trimestres ou quase 5 anos após o início da fase recessiva deste ciclo, a um PIB muito abaixo do pico prévio (gráfico 1). Ainda que a última recessão não tenha sido a mais longa e profunda da nossa história, nunca havíamos assistido um período tão longo para que o PIB retornasse ao pico anterior.

Gráfico 1

O atual ciclo econômico em comparação a todos os precedentes desde os anos oitenta

Índice: trimestre pré-recessão = 100 | trimestres desde o início da recessão



Fonte: IBGE

Nossa preocupação neste volume, contudo, não é com os ciclos econômicos. Queremos entender quais são as diretrizes de política econômica que o país deveria adotar para voltar a crescer uma vez superada a fase da recuperação cíclica. O CDPP não tem a pretensão de propor um programa completo, mas nos sete capítulos e nos dois anexos deste volume serão dadas algumas respostas a esta questão.

A armadilha do lento crescimento

Uma das grandes frustrações com a economia brasileira é devida à sua incapacidade de acelerar o crescimento. Nem sempre foi assim. Entre 1950 e 1980 mantivemos taxas médias de crescimento muito

elevadas (gráfico 2). Porém, a partir dos anos oitenta as taxas de crescimento despencaram, flutuando em torno de valores muito baixos, levando ao que Regis Bonelli (2014) denominou “armadilha do lento crescimento”. As razões para tal queda estão tanto nos inúmeros erros de diagnóstico quanto na elevada frequência de execuções malfeitas de política econômica, como as que levaram o país à crise da dívida externa no início dos anos oitenta e à superinflação, que por muitos anos foi combatida com planos heterodoxos sem qualquer fundamentação teórica, somente dominada em 1994, com o Plano Real.

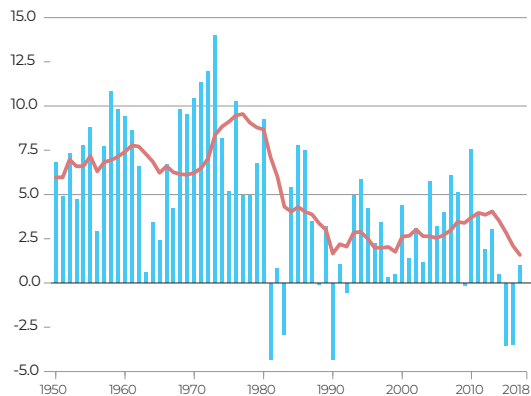
Gráfico 2

Taxas anuais de crescimento do PIB e médias móveis decenais

Em % ao ano



Taxa anual crescimento PIB Média móvel decenal



Fonte: IBGE e IPEADATA

Entre 1950 e 1980 não somente o Brasil cresceu mais do que os Estados Unidos, como superamos as taxas de crescimento da grande maioria

dos países emergentes de melhor desempenho, em particular dos “tigres asiáticos”. Porém, a partir de 1980 o país atrasou-se continuamente em relação a todos eles. No gráfico 3 estão as rendas per-capita medidas em paridade de poder de compra (PPP) de um grupo selecionado de países expressas em proporção à renda per-capita dos EUA. As estimativas são do FMI.

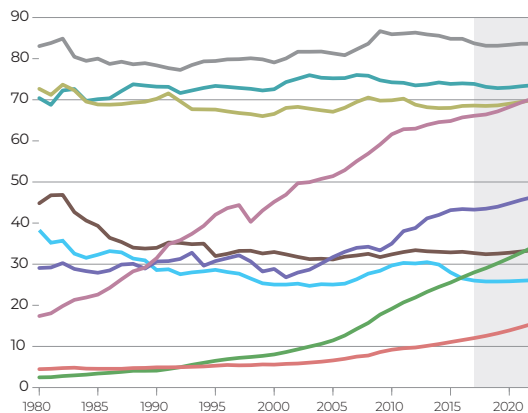
Gráfico 3

Rendas per-capita expressas em PPP – período 1980 a 2017

PIB/Capita: % dos EUA pela PPP



Brasil México China Índia Coreia RU UE Turquia Austrália



Fonte: FMI

Medida em PPP, a nossa renda per capita caiu em proporção à dos EUA de quase 40% em 1980 para perto de 25%, atualmente. Nesta mesma métrica, em 1980 a nossa renda per-capita superava em muito a da Coreia do Sul, que não somente nos ultrapassou em 1990 como vem rapidamente se aproximando da renda per-capita da União Europeia.

Em 1990 também fomos superados pela Turquia e em 2016 pela China.

Por que nos atrasamos tanto?

Entre 1950 e 1980 as médias decenais das taxas de crescimento foram altas e oscilaram em torno de uma tendência levemente crescente (gráfico 2), e entre 1968 e 1973 – os anos do “milagre brasileiro” – o PIB do Brasil cresceu à taxa média de 11,2% ao ano, com um aumento da produtividade do trabalho de 5,7%. Os dados de Ferreira e Veloso (2013) mostram que em 1950 mais de 60% da população empregada estava na agricultura, com 20% da população empregada no setor de serviços e 18% na indústria. Havia no campo um “exercito de reserva” com baixa produtividade recebendo salários baixos, que poderia migrar para as cidades empregando-se na indústria com produtividade e salários mais elevados. Foi esta acentuada migração, permitida pelos incentivos à industrialização e, por consequência, à urbanização, que contribuiu para aquele resultado. A inversão na composição da população empregada foi enorme, e em 2013 o setor de serviços absorvia mais de 60% da população empregada, com 20% na agricultura e aproximadamente 18% na indústria.

Durante o “milagre brasileiro”, entre 1968 e 1973, o aumento da produtividade total dos fatores – que mede o grau de eficiência da economia proveniente da combinação adequada dos estoques de capital físico e de capital humano – contribuiu com 70% do aumento da produtividade do trabalho, em grande parte devido ao prosseguimento da mudança estrutural acima referida. Em 1950 a produtividade do trabalho na agricultura se situava em torno de 1/6 da produtividade do trabalho na indústria, e tal diferença veio se elevando no tempo, com o trabalho se tornando entre 6 e 7 vezes mais produtivo na indústria do que na agricultura, em 1980.

Já no período de 1973 a 1980, durante o governo Geisel, a força

motriz do crescimento foram as elevadas taxas de investimento, que se mantiveram por alguns anos em torno das taxas máximas próximas de 22%, que só muito raramente foram atingidas a partir de 1996, quando passamos a contar com as contas nacionais trimestrais. Foi um esforço de investimentos com grande participação de empresas estatais usando financiamentos com base em empréstimos externos, conduzindo ao crescimento da dívida externa que culminou na crise do início dos anos oitenta, jogando o país em um grande desequilíbrio macroeconômico e na superinflação e tornando impossível o crescimento mais intenso.

Adiante discutiremos como as instituições de baixa qualidade aliadas aos erros de política econômica levaram à queda das taxas de crescimento da renda per-capita a partir dos anos oitenta. Mas essa queda tem, também, uma razão demográfica. Partimos de uma identidade $(Y/N) = (Y/L) * (L/N)$, onde (Y/N) é a renda per-capita, com Y designando o PIB e N a população, e onde (Y/L) é a produtividade média da população empregada. Ou seja, a renda per-capita pode se elevar quer porque ocorre um crescimento do produto por pessoa empregada, quer porque há um aumento da “taxa de participação” na força de trabalho, medida por (L/N) . Os dados de Ferreira e Veloso (2013) mostram que entre 1950 e 1980 a renda per-capita cresceu praticamente à mesma taxa de aumento do produto por trabalhador, com relativa constância da taxa de participação; mas, de 1980 em diante, o produto por trabalhador passou a oscilar em torno de uma tendência ligeiramente decrescente, enquanto a renda per-capita prosseguiu crescendo devido ao aumento da taxa de participação. Uma razão para o aumento da taxa de participação está na dinâmica demográfica, com a queda de crescimento populacional a partir da década de 1960 e o aumento da proporção da população em idade de trabalhar, gerando um “bônus demográfico”.

Foi este “bônus” – o crescimento da população em idade de trabalhar mais elevado do que o crescimento da população total – que

permitiu que a renda per-capita crescesse acima da produtividade por pessoa empregada nas últimas décadas. Com o final do “bônus demográfico”, contudo, o crescimento da renda per-capita brasileira somente poderá ocorrer com o aumento da produtividade por pessoa empregada. Ou seja, para crescermos nos próximos anos teremos que intensificar o aprofundamento de capital, com taxas de investimento mais elevadas, e com o crescimento da produtividade total dos fatores. É o nosso sucesso nestas duas áreas que determinará o nosso sucesso em acelerar o crescimento.

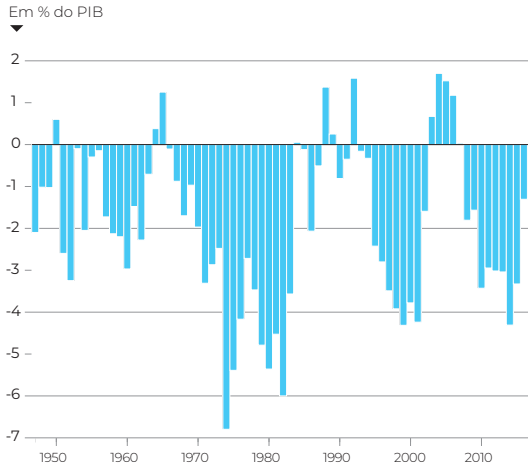
A restrição das poupanças domésticas

O aumento da taxa de investimento levando ao crescimento do estoque de capital por trabalhador empregado pode e deve ser usado para acelerar o crescimento, mas como veremos em seguida ele esbarra na restrição imposta pelas poupanças domésticas, que no Brasil são escassas, levando a déficits nas contas correntes tanto mais elevados quanto maiores forem as taxas de investimento. Significa que para crescer mais o país terá que proceder a reformas que elevem a produtividade total dos fatores.

Nos últimos 70 anos, em apenas 10 ocorreram superávits nas contas correntes medidos em relação ao PIB (gráfico 4), todos eles em anos de recessão ou de forte desaceleração do crescimento (quando caem verticalmente as taxas de investimento), e com os maiores déficits ocorrendo nos anos de maiores taxas de investimento, como da metade dos anos setenta até imediatamente antes do início da crise da dívida externa, nos anos oitenta. Por que há uma enorme predominância de déficits nas contas correntes? Por que eles se concentram nos anos de maiores crescimento do PIB e de maiores taxas de investimento?

Gráfico 4

Taxas anuais de crescimento do PIB e médias móveis decenais



Fonte: Banco Central do Brasil

Nas contas nacionais as importações líquidas (ou, com o sinal negativo, as exportações líquidas) nada mais são do que o excesso da absorção (a soma do consumo das famílias, dos investimentos em capital fixo e do consumo do governo) sobre o PIB ou, o que é equivalente, o excesso dos investimentos (públicos mais privados) sobre as poupanças domésticas (somando as poupanças das famílias; das empresas – os lucros retidos –; e do governo). Quanto menores forem as exportações líquidas maiores serão os déficits nas contas correntes. Usando as contas nacionais podemos comparar a taxa de investimentos a preços constantes em relação ao PIB com duas medidas das exportações líquidas: a primeira a preços de importações e exportações constantes; e a segunda a preços correntes. Ou seja, a diferença entre as duas me-

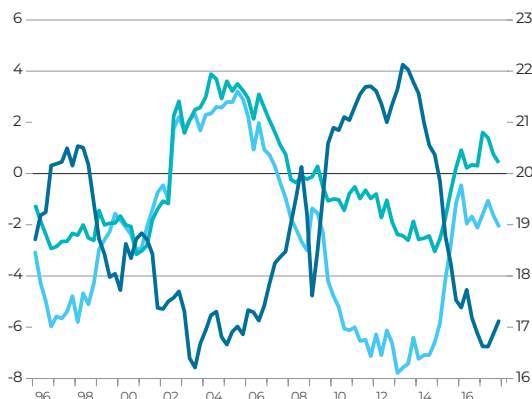
didadas das exportações líquidas nada mais é do que o comportamento das relações de troca – o quociente entre os preços em dólares de exportações e importações. Os resultados estão no gráfico 5.

Gráfico 5

Taxas de investimento e exportações líquidas

Em % do PIB

Exportações Líquidas (preço 2000) (E) Exportações Líquidas (preço correntes) (E)
 Taxa Investimento (preço 2000) (D)



Fonte: IBGE e A.C. Pastore & Associados

Qualquer que seja a medida das exportações líquidas (preços constantes ou preços correntes) há uma correlação negativa com a relação à taxa de investimentos. Ou seja, taxas de investimento mais elevadas reduzem as exportações líquidas, acentuando a intensidade de seu sinal negativo, isto é, contribuindo para elevar as importações líquidas e, conseqüentemente, o déficit nas contas correntes. Um período caracterizado por grandes ganhos de relações de troca permite

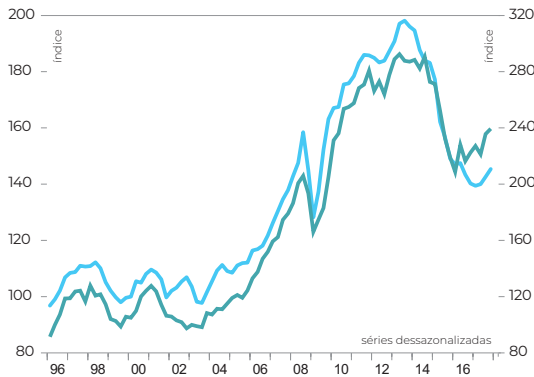
déficits nas contas correntes bem menores do que na ausência de tais ganhos (olhem para a diferença entre as exportações líquidas com e sem os ganhos de relações de troca ocorridos entre 2002 e 2011). Mas sem contar com este tipo de “bonança externa” (o *boom* de preços internacionais de *commodities* que ocorreu naquele período) esbarraríamos mais rapidamente na limitação dada pelo déficit nas contas correntes.

Outro ângulo deste problema é revelado observando as séries trimestrais de formação bruta de capital fixo e das importações totais, ambas medidas em preços constantes e no conceito das contas nacionais (gráfico 6).

Gráfico 6

Formação bruta de capital fixo e importações

FBCF (E) | Importação (D)



Fonte: IBGE

É notável a elevada correlação positiva entre ambas, com evidências claras de que os movimentos da formação bruta de capital fixo antecedem no tempo os movimentos das importações, o que significa

que são as mudanças nos investimentos que “causam” as mudanças nas importações, e não o contrário¹. Em conclusão, os investimentos em capital fixo no Brasil têm forte dependência das importações, o que significa que somente em anos nos quais ocorrem ganhos substanciais de relações de troca, elevando as exportações de bens, é possível importar e investir mais sem correr o risco de gerar déficits mais elevados nas contas correntes.

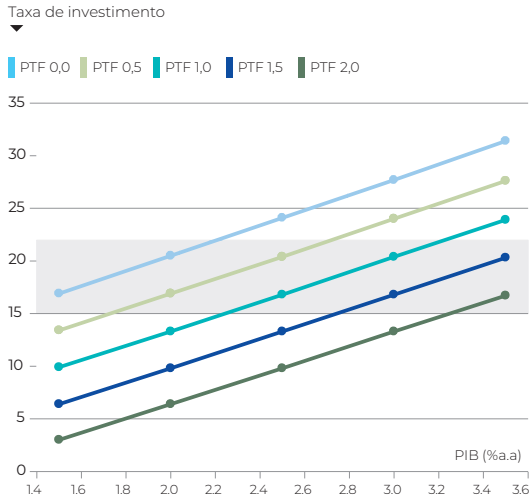
Desde que dispomos de dados referentes às contas nacionais trimestrais, em 1996, nossa taxa de investimentos tem flutuado entre um mínimo de 15% e um máximo de 22% do PIB. Quanto seria possível crescer caso taxa de investimentos permanecesse dentro desse intervalo? Será que seria possível crescer acima desses níveis sem contar com uma forte elevação da PTF?

Admitamos que a taxa de crescimento da produtividade total dos fatores, incluindo a contribuição do capital humano, fosse dada exogenamente, variando entre zero e 2% ao ano. Qual seria a taxa de crescimento do PIB (no eixo horizontal do gráfico 7) correspondente a cada taxa de investimento (no eixo vertical do mesmo gráfico)? A área hachurada no gráfico assinala o intervalo dentro do qual as taxas de investimento têm flutuado no Brasil desde 1996 (entre 15% e 22%). Se tivermos uma contribuição da PTF de 1% ao ano, taxas de investimento de 15% do PIB levariam a um crescimento de 2,2% ao ano, e para crescermos 3,2% ao ano precisaríamos de uma taxa de investimento de mais de 20%.

1 A MENOS QUE ALGUÉM CONSEGUISSSE PROVAR QUE AS CONSEQUÊNCIAS PRECEDEM AS CAUSAS, A PRECEDÊNCIA TEMPORAL DE UMA VARIÁVEL SOBRE A OUTRA É O CRITÉRIO CORRETO PARA DEFINIR A DIREÇÃO DA CAUSALIDADE. O TESTE DE CAUSALIDADE DE GRANGER FOI DELINEADO PARA ESTABELECEER A PRECEDÊNCIA TEMPORAL, E MOSTRA QUE A CAUSALIDADE É UNILATERAL, INDO DA FBCF PARA AS IMPORTAÇÕES.

Gráfico 7

Taxas de crescimento para níveis determinados de taxas de investimento e de PTF



Fonte: IBGE e A.C. Pastore & Associados

À exceção do período que vai entre 1950 e 1980 (quando nos beneficiamos da mudança “estrutural” exposta anteriormente) são raros os anos nos quais a contribuição da PTF superou a marca de 1% ao ano [Bonelli (2014)]. Um destes períodos é o que vai de 2003 a 2013, quando o Brasil se beneficiou fortemente da confiança na execução da política fiscal, levando à sustentabilidade da dívida pública; e, principalmente, contou com o benefício do crescimento dos preços internacionais de commodities. A conclusão neste ponto é que a menos que o país enverede por políticas que elevem a produtividade total dos fatores, taxas de crescimento do PIB em torno de 3% ao ano somente não esbarrarão na limitação imposta pelos déficits nas contas correntes se nos bene-

ficiarmos de situações internacionais favoráveis, como a que ocorreu durante o *boom* de preços internacionais de commodities que levou ao ciclo de ganhos de relações de troca iniciado em 2002.

Exemplos recentes reafirmam as evidências que têm sido fartamente produzidas pela história: países com déficits elevados nas contas correntes (característica típica de países com poupança doméstica insuficiente) tornam-se vulneráveis a mudanças bruscas nos fluxos de capitais, e isto não ocorre apenas quando os países afetados estão no regime de câmbio fixo. Entre o início de 2015 e o final de 2017 os países emergentes foram beneficiados por outro tipo de “bonança externa”, desta vez no campo dos fluxos de capitais: as taxas de juros extremamente baixas nos países maduros combinadas com uma baixa aversão ao risco, que dirigiam os fluxos de capitais para os países emergentes, valorizando suas moedas e reduzindo as cotações de seus CDS. Naquele período, Argentina e Turquia puderam manter níveis elevados de absorção em relação ao PIB e consequentes déficits elevados nas contas correntes, em torno de 5% do PIB ou ainda maiores. Havia abundância de financiamento externo. Porém, bastou que o forte crescimento norte-americano levasse o Fed a intensificar a normalização monetária, provocando a reversão de fluxos de capitais que levou à valorização do dólar, para que aqueles dois países chegassem a uma situação externa insustentável, enfrentando crises.

Por que as nações fracassam?

A teoria neoclássica do crescimento nos ensina que para crescer os países têm que investir mais, aumentando o estoque de capital por trabalhador empregado, e elevar a produtividade total dos fatores. Mais do que isso, ela nos ensina que países que investem no progresso tecnológico (aumentando a qualidade do capital fixo) e em capital humano (aumentando a qualidade do estoque de mão de obra), produzindo

forte elevação da produtividade, provocam o aumento da produtividade marginal do capital e dos lucros, elevando a taxa de investimentos, o que acelera o aprofundamento de capital através do aumento da demanda por capital fixo, elevando ainda mais o crescimento. Se “a fórmula” para levar ao crescimento é conhecida, por que há países que crescem e outros que permanecem estagnados? Por que em determinados países há fases de crescimento vigoroso que repentinamente se encerram, sendo sucedidas por longos períodos de estagnação ou de crescimento muito baixo, como ocorreu no Brasil?

Usando o *insight* genial de Douglass North, de que por trás do sucesso no crescimento está a qualidade das instituições – o direito de propriedade; as leis que disciplinam a produção, o comércio e as relações entre pessoas, entre outras –, Acemoglu e Robinson (2012) percorrem episódios históricos de inúmeros países, mostrando fartas evidências de que o crescimento está nitidamente associado à qualidade das instituições.

No Brasil passamos por períodos de aperfeiçoamento institucional, alternados com períodos de destruição de muitos dos avanços previamente obtidos, com mudanças às vezes enormes e erráticas. Até 1966, por exemplo, o Brasil não tinha um banco central, mas quando ele nasceu sofreu forte oposição dos interesses em torno do Banco do Brasil, que era o grande supridor de crédito ao setor privado, o que enfraqueceu o seu poder na execução da política monetária [Franco (2016)]. Esta era executada pelo Conselho Monetário Nacional, presidido pelo Ministro da Fazenda e composto por vários ministros, por presidentes de bancos estatais e por representantes do setor privado, com o Banco Central tendo apenas um voto. Ainda pior, era este conselho que administrava outro orçamento – o “orçamento monetário”, que existia além do orçamento fiscal aprovado no congresso. Na execução do orçamento monetário o Conselho Monetário tinha total poder discricionário, e era ele que determinava a evolução da dívida pública, sem

qualquer participação do Tesouro. Não é por mera coincidência que a indisciplina fiscal e a desordem monetária, que imperaram até o Plano Real, levaram o Brasil a inflações extremas, impedindo o crescimento.

A primeira “trava na porta” contra o financiamento inflacionário dos déficits públicos veio antes do Plano Real, com a extinção da conta de movimento do Banco do Brasil – um mecanismo que permitia ao Banco do Brasil livremente sacar recursos no Banco Central para emprestá-los a setores tidos como prioritários, como agricultura e exportações, como também para financiar os déficits públicos – e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, em 1986. Quando, finalmente, o país conquistou a estabilidade de preços com o Plano Real, eliminando de fato a possibilidade de financiar os déficits com senhoriagem, era necessário impor regras para a estabilidade fiscal. Não era necessário apenas ter metas para os superávits primários de forma a estabilizar e/ou reduzir a relação dívida/PIB, mas também impor disciplina aos Estados removendo a sua capacidade – ainda que indireta – de emitir moeda, emprestando recursos aos seus fornecedores através de seus bancos estaduais, que tinham acesso ao redesconto junto ao Banco Central. Bancos estaduais de grande porte foram privatizados, e precedida de uma negociação na qual o governo central assumiu a dívida dos estados, que a pagariam ao Tesouro em um prazo longo, com regras acordadas entre as partes, foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impunha limites aos gastos em pessoal e ao endividamento aos Estados, sob pena dos Estados não terem liberados pelo governo central as cotas parte de impostos como o IPI.

Por algum tempo tal aprimoramento institucional permitiu que a inflação fosse controlada, levando entre 1999 e 2011 a uma contínua aceleração do crescimento do PIB, que foi interrompida a partir de 2011, desabando com o início da recessão no primeiro trimestre de 2014. Do segundo mandato de Lula em diante, mas principalmente a partir de 2011, nos dois governos da presidente Rousseff, a deteriora-

ção institucional foi enorme. Em 2009 foi alterado o relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central, com este sendo obrigado a repassar em moeda corrente do país ao Tesouro os ganhos patrimoniais vindos de uma depreciação cambial, abrindo a porta para o financiamento do déficit público através do Banco Central [Mendes (2016)]. Em vez de usar a Lei de Responsabilidade Fiscal para impor disciplina aos Estados, o Tesouro ofereceu-lhes aval para que pudessem endividar-se junto a bancos oficiais, facilitando ainda mais o crescimento explosivo dos gastos em pessoal, que se transformou em uma das causas da crise fiscal pela qual passam. Em adição, o governo passou a usar os bancos oficiais, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal, para acelerar a oferta de crédito buscando, sem êxito, a aceleração do crescimento, e para tanto passou a transferir a esses bancos recursos por fora do orçamento, que elevaram a dívida pública bruta em torno de 10 pontos de porcentagem do PIB. Para fechar o circuito de violência às instituições, mas sem esgotá-lo, a partir de 2011 o Brasil abandonou totalmente qualquer meta para o superávit primário, quer elevando as despesas quer renunciando a receitas em nome de estimular os investimentos em setores escolhidos arbitrariamente pelo governo. Foi o início de um ciclo de expansão fiscal cujo final, se não for truncado, levará o país à dominância fiscal e à inflação.

Não poderia ser nenhuma surpresa que diante da incerteza provocada pela queda da qualidade das instituições e quanto à trajetória da economia, teríamos que assistir a uma queda da taxa de investimentos e da produtividade total dos fatores, levando o país a um profundo e extenso ciclo recessivo.

Quais são as ações fundamentais para a retomada do crescimento?

A crise fiscal vivida pelo Brasil ainda está em estado latente. Te-

mos déficits primários elevados; a dívida pública bruta medida em relação ao PIB tem um crescimento insustentável; e, no entanto, ainda não surgiram sinais da dominância fiscal que elevaria a inflação mesmo diante de um banco central independente, com efeitos desastrosos sobre o crescimento. Contudo, se não for realizada uma profunda reforma da previdência, acompanhada de medidas que controlem os demais gastos primários do governo central, e que reduzam os “gastos tributários”, que nos últimos anos levaram a uma substancial perda de receitas recorrentes², a crise deixará de ser “latente”, transformando-se em “crise aberta”. A isso se somam os desequilíbrios crescentes dos Estados e municípios.

Mas há uma segunda consequência acarretada pelo profundo desequilíbrio fiscal: a redução do crescimento econômico. Uma das formas de acelerar o crescimento é através do aprofundamento de capital, mas dada a restrição imposta pela escassez das poupanças domésticas, quanto mais elevadas forem as taxas de investimento, maiores serão os déficits nas contas correntes, e quanto maior for o desequilíbrio fiscal maiores serão os riscos percebidos pelos investidores internacionais, limitando o ingresso de capitais que financiaria o déficit na conta corrente necessário para realizar uma dada taxa de investimento. Além de libertarem o Banco Central para praticar taxas reais de juros mais baixas sem colocar em risco o controle da inflação, os superávits fiscais primários que levem à queda da dívida bruta em relação ao PIB trazem dois benefícios: elevam a poupança total doméstica, afrouxando os limites impostos ao aprofundamento de capital; e reduzem o risco de solvência do governo, atraindo os capitais que permitem financiar o déficit na conta corrente.

2. ENTRE 2002 E 2005 O TOTAL DE “GASTOS TRIBUTÁRIOS” SE MANTEVE UM POUCO ABAIXO DE 1,5% DO PIB. PASSOU A CRESCER DAÍ EM DIANTE, ESTABILIZANDO-SE EM TORNO DE UMA MÉDIA DE 3% DO PIB ENTRE 2009 E 2013. A PARTIR DE 2014 PASSOU A FLUTUAR ACIMA DE 4% DO PIB TENDO, EM 2015, SUPERADO 4,5% DO PIB.

Contudo, é muito importante ter em mente qual é a relação de causalidade. É o ajuste fiscal que, ao reduzir a restrição aos investimentos em capital fixo imposta pela escassez de poupanças domésticas, e ao remover o risco de insolvência do governo, cria as condições para que os juros reais permaneçam baixos, estimulando os investimentos, e levem a déficits menores nas contas correntes, que podem ser financiados mais facilmente pelos capitais que ingressam estimulados pela queda do risco de solvência do setor público. Frequentemente são ouvidas afirmações “populistas” que tem implícita (ou mesmo explícita) uma relação de causalidade inversa. O argumento é que a reforma da previdência seria desnecessária, e que a melhor solução para o problema fiscal seria a retomada do crescimento, que elevaria as receitas, eliminando os déficits. Não é possível discordar do objetivo de elevar o crescimento, e nem de que o maior crescimento apressa o ajuste fiscal. Mas isso é muito diferente da proposta de que basta estimular a demanda para que automaticamente o problema fiscal desapareça. O voluntarismo não substitui a racionalidade, e em economia, ao contrário da aritmética elementar, a ordem dos fatores altera o produto. É a consolidação fiscal que abre o espaço para elevar o crescimento, e não uma aceleração artificial do crescimento que “soluciona” o problema fiscal.

Os próximos quatro capítulos discutem o problema do ajuste fiscal, com os dois primeiros colocando grande ênfase na reforma da previdência, com propostas concretas de solução. Como o problema fiscal não se restringe ao governo central, os dois capítulos seguintes discutem o desequilíbrio crescente de Estados e municípios, tanto no que se refere à previdência quanto aos gastos de pessoal.

No entanto, a aceleração do crescimento não requer apenas o aprofundamento de capital, sendo necessárias medidas que elevem a PTF, e tal necessidade se acentua devido ao final do “bônus demográfico”. Os três últimos capítulos e o primeiro anexo na parte final deste volume são dedicados a algumas das medidas que contribuirão decisivamente

para a elevação da PTF.

Reforma da previdência, consolidação fiscal e o problema de estados e municípios

A rota correta para uma consolidação fiscal bem-sucedida é um conjunto de reformas que controlem os gastos públicos em termos reais. Como é fartamente analisado nos capítulos de Mesquita e Schneider e de Paulo Tafner, esta tarefa se inicia com uma reforma robusta da previdência.

Mas mesmo assim tal reforma seria insuficiente, sozinha, para levar aos superávits primários que alterem a trajetória explosiva e insustentável da relação dívida/PIB. São necessárias outras ações, como a manutenção de um teto para os gastos, e que levem à recuperação de receitas às quais o governo renunciou nos últimos anos, buscando através desse caminho acelerar o crescimento. Mesquita e Schneider detalham quais são as ações no campo do controle dos demais gastos e das receitas. Em ambos os capítulos são discutidas propostas: a) de reformas “paramétricas” da previdência (mudando “parâmetros”, como a idade mínima de aposentadoria, por exemplo), mantendo o atual “regime de repartição”, no qual a receita das contribuições da população mais jovem é utilizada para pagar os benefícios aos aposentados, ou; b) que combinem mudanças de parâmetros dentro do regime de repartição com uma complementação no regime de capitalização. As propostas atingem tanto o regime geral da previdência quanto os regimes próprios que atendem o funcionalismo, da mesma forma como era a proposta original do governo Temer que, no entanto, foi profundamente modificada no Congresso, deixando uma carga ainda maior de ajuste sobre os demais gastos e sobre as receitas, dificultando ou mesmo tornando impossível o sucesso da consolidação fiscal.

O capítulo de Paulo Tafner se aprofunda sobre a natureza demo-

gráfica do desequilíbrio da previdência, e insiste no fato que é óbvio para os que reconhecem que a dinâmica demográfica continuará a alterar parâmetros básicos do regime de repartição: a idade mínima, que atualmente deveria ser de 65 anos, em alguns anos será ainda mais elevada, e esta é uma das razões pela qual em vez de constitucionalizar todos os parâmetros, como ocorre com a proposta original do governo Temer e na sua forma desidratada que está atualmente no congresso, seria melhor “desconstitucionalizar” tais características, que seriam estabelecidas em Lei Complementar, mais fácil de ser alterada diante da inevitável mudança nas características da população. São discutidos quais devem ser os princípios básicos de uma proposta de reforma que busque garantir adaptabilidade ao nosso sistema de previdência, visando garantir equilíbrio estrutural do sistema, e eliminar – ou pelo menos reduzir acentuadamente – a iniquidade nele existente, apresentando o esboço de um sistema que poderá ser unificado para todos os trabalhadores, em um futuro previsível. Outro ponto abordado por Tafner é a “crise anunciada” dos regimes de previdência dos Estados e dos municípios com maiores populações, em particular os das capitais dos Estados. Alguns Estados começaram timidamente a tratar do assunto, dando passos que retardam temporariamente a sua manifestação, mas não a eliminam, enquanto que outros já foram passivamente engolfados, sem uma reação sequer tímida. Embora devido ao elevado custo de transição não seja possível passar rapidamente de um regime de repartição para um regime de capitalização, em escala restrita este último pode ser utilizado de forma complementar. Não há como transitar imediatamente do regime de repartição para o de capitalização no INSS, como é mostrado no capítulo elaborado por Mario Mesquita e Pedro Schneider – o custo de transição seria enorme. Mas já há exemplos de utilização do regime de capitalização para complementar as aposentadorias de funcionários cujo teto sob a responsabilidade do governo corre por conta do governo, como no Estado de São Paulo.

No entanto, a consolidação fiscal não pode se restringir apenas ao governo central. A consolidação dos gastos primários dos três níveis de governo realizada por Schwartsman mostra que, avaliado pela magnitude dos gastos públicos, o Brasil se assemelha a uma socialdemocracia europeia, porém com uma eficiência muito baixa, que é típica de um país emergente. Há um crescimento assustador dos gastos com pessoal, com baixíssima eficiência nos resultados, como fica claro no caso da educação básica, que é analisado no anexo produzido pelo “Todos pela Educação”, e em frontal oposição aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por alguns anos chegamos a sonhar que a Lei de Responsabilidade Fiscal tivesse colocado um freio nos gastos dos Estados e dos municípios, criando amarras suficientemente fortes, mas a análise de Ana Carla Abrão Costa e Jairo Saddi evidencia que tais amarras foram rompidas, colocando os gastos de pessoal dos Estados em uma trajetória de crescimento acelerado, o que vem comprometendo a capacidade de investimento e de provisão dos serviços públicos básicos por esses entes. Além disso, o Judiciário vem decidindo de forma sistemática contra os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange às questões de pessoal, contribuindo adicionalmente para o seu enfraquecimento e o agravamento da crise fiscal dos Estados. É preciso aprimorar a Lei de Responsabilidade Fiscal, reduzindo a margem para interpretações contrárias ao equilíbrio fiscal, dando clareza à real situação fiscal dos entes federados e criando as condições para um processo de consolidação fiscal via redução do comprometimento das receitas com despesas de pessoal. O texto em questão apresenta sugestões nesta direção.

Reformas voltadas a promover o aumento da PTF

Se tudo isso for feito no campo fiscal o país não somente terá dado um passo gigantesco na direção de libertar a execução da política

monetária do risco da dominância fiscal, como verá alargada a contribuição do aprofundamento de capital para o crescimento econômico. Mas precisará, também, de ações que elevem a PTF.

A primeira providência, neste campo, é elevar a eficiência dos investimentos em educação, como é analisado ao longo do primeiro anexo a este livro elaborado pela equipe do “Todos pela Educação”. Tanto o diagnóstico quanto as propostas ali apresentadas têm a total concordância por parte do CDPP. Naquele estudo fica claro que o problema fundamental não reside na insuficiência de recursos, e sim na forma ineficiente como eles são utilizados, gerando enormes desperdícios e uma educação cuja qualidade é em média muito baixa. Os exemplos apresentados no trabalho, nos quais existe uma avaliação externa sobre a qualidade da educação, e nos quais a meritocracia substitui o corporativismo, que são raros, ilustram com clareza a direção na qual o país terá que evoluir para melhorar a qualidade da educação, que é fundamental para a elevação da PTF.

Ferreira e Veloso fornecem evidências importantes quanto aos efeitos do crescimento do capital humano por trabalhador sobre o crescimento do PIB. Eles decompõem o produto por trabalhador empregado em três fontes de crescimento: a relação capital produto; a contribuição do capital humano por trabalhador; e a produtividade total dos fatores que, neste caso, é medida livre da contribuição do capital humano³.

Fica claro que entre 1950 e 1980 os crescimentos espetaculares da produtividade do trabalho (e do PIB) vieram quase que totalmente da produtividade total dos fatores, o que enfatiza a importância do que foi apontado anteriormente, isto é, a mudança estrutural na qual ocorreu a queda da proporção da agricultura e aumento da proporção da indústria e dos serviços no PIB. Fica também claro que entre

3 NESTE CASO A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO É EXPRESSA NA FORMA $(Y/L) = A^{1-\alpha}(k/y)^{\alpha}k$, ONDE k/y É A RELAÇÃO CAPITAL/PRODUTO E (Y/L) É O PRODUTO POR TRABALHADOR EMPREGADO.

1973 e 1980 houve uma predominância do aumento do capital por trabalhador empregado, o que é consistente com as elevadas taxas de investimento do período. Finalmente, merece destaque o período entre 1980 e 2003. Nesse período duas características aparentemente contraditórias chamam atenção: a) a elevada contribuição do capital humano; e b) a queda da PTF. A queda da PTF se explica facilmente: nos anos em que ela ocorreu o país teve recessões, uma das quais foi muito profunda – a do período 1980/92 – quando o país esteve imerso na crise da dívida externa. Como sabemos, a PTF é altamente pró-cíclica, caindo durante as recessões e se elevando fortemente nos períodos de recuperação cíclica. A segunda – o aumento da contribuição do capital humano – evidencia que nesse período o Brasil já havia se livrado da diretriz errada dos anos setenta, de negligenciar os investimentos em educação, começando a colher os frutos da melhora do capital humano sobre o crescimento econômico⁴.

Tivemos tanto em 1980-92 quanto em 1992-2003 contribuições do capital humano para a taxa de crescimento do PIB de 2,5% e 2,2% ao ano, e isto com um sistema educacional extremamente defeituoso, como é mostrado no trabalho do “Todos pela Educação”. Não precisamos ir muito além para tomar consciência de que os investimentos em educação podem contribuir decisivamente para a aceleração do crescimento da produtividade no Brasil.

A segunda fonte de aumento da PTF é a abertura da economia. Esta é uma linha de reformas que se defronta com grande oposição, no Brasil, e por isso o CDPP tomou a decisão de encampar a luta, somando-se ao esforço realizado pelo CINDES. Sandra Polónia Rios e Pedro Motta

4. UMA DAS CONTROVÉRSIAS NOS ANOS DO “MILAGRE BRASILEIRO” FOI O AUMENTO DA CONCENTRAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS. A DISCUSSÃO NAQUELES ANOS FOI EXTREMAMENTE POLITIZADA, MAS EXCELENTE ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA LANÇONI (1973) ESCLARECEU O PROBLEMA. O CRESCIMENTO ACELERADO DA INDÚSTRIA DEMANDAVA UMA QUANTIDADE DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA QUE NÃO ERA ATENDIDA PELA OFERTA, DADOS OS INVESTIMENTOS INSUFICIENTES EM EDUCAÇÃO. COM ISSO OS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS CRESCIAM MAIS ACELERADAMENTE DO QUE OS SALÁRIOS DOS NÃO QUALIFICADOS, SENDO UMA CAUSA IMPORTANTE DO AUMENTO NA CONCENTRAÇÃO DE RENDAS.

Veiga debruçaram-se sobre o problema revisitando o sucesso brasileiro na fase da substituição de importações, quando assistimos às espetaculares taxas de crescimento do PIB. O mesmo ocorreu com a Coreia do Sul na fase de seu *big push*, e algo semelhante vem ocorrendo na China. O “milagre” do crescimento acelerado daqueles países, naqueles períodos, é altamente influenciado por uma característica comum, que é a profunda mudança estrutural – a queda da população empregada em setores de baixa produtividade média do trabalho e baixos salários, passando a trabalhar em setores com alta produtividade média e salários mais elevados.

Os estímulos para tal transformação estrutural variam entre os países, mas sempre redundam na migração de enormes contingentes de mão de obra. Neste sentido, a análise de Polónia Rios e Motta Veiga não é diferente da interpretação de Dani Rodrik (2017) sobre como a proteção, em determinados momentos da história, pode acelerar fortemente o crescimento econômico. Ou seja, há uma fase do crescimento econômico no qual medidas “heterodoxas” – como o aumento da proteção usado como instrumento de uma “política industrial” – ajudam a acelerar o crescimento econômico. Porém, este resultado não se deve a alguma qualidade intrínseca da proteção, que seria imutável e funcionaria sempre e em quaisquer circunstâncias, nem é independente do momento histórico no qual tal transformação ocorre. Ela deriva da circunstância muito particular de que naquele determinado momento histórico a proteção estimulou uma alteração estrutural que era possível, e que conseqüentemente acelerou o crescimento. Porém, a partir de algum momento tais condições se esgotam devido ao fato simples que não há mais mudanças estruturais que levem àqueles resultados, o que exige uma alteração nas políticas que promovem o crescimento.

Enquanto a Coreia do Sul reconheceu que com o esgotamento do crescimento permitido pela alteração estrutural era necessário buscar outras rotas, como a dos investimentos voltados para as exportações,

o Brasil continuou insistindo nela, protegendo com tarifas e com instrumentos não tarifários sua indústria, sem se beneficiar da abertura⁵. O governo do Brasil não se livrou do vício de proporcionar incentivos sempre que pedidos por grupos de pressão em defesa de seus interesses privados. Sob o rótulo de uma “política industrial” promotora do desenvolvimento, o país foi cedendo a pressões que em nada contribuíram para elevar a PTF. Polónia Rios e Motta Veiga também insistem que estamos caminhando na direção oposta a outros países, como a Índia, por exemplo, que mesmo sendo ainda uma economia bastante fechada teve, nos últimos anos, um salto na direção da abertura de fazer inveja ao Brasil.

Avaliações empíricas realizadas por economistas ligados ao IPEA reforçam esta linha de análise. Elas mostram que há uma maior produtividade nas empresas exportadoras quando comparadas a empresas similares que operam apenas no mercado doméstico^{6 7}. O trabalho dos economistas do IPEA também proporciona argumentos e evidências empíricas para rebater uma variante contemporânea de uma hipótese semelhante à do “exército de reserva” no campo, na forma da migração de trabalhadores em setores menos produtivos para os mais produtivos da economia. Essa é uma das ideias que está na raiz de políticas de fomento à indústria, semelhantes às adotadas no projeto de industrialização do governo Geisel e no governo Rousseff, e que são utilizadas como argumentos contra a abertura comercial. Há evidências de

5 POR ALGUM TEMPO AS AUTORIDADES BRASILEIRAS TIVERAM A INTUIÇÃO DE QUE ERA NECESSÁRIO FAZER ALGO PARA CAMINHAR NA DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, MAS O CAMINHO ESCOLHIDO FOI ERRADO. CRIARAM-SE SUBSÍDIOS FISCAIS E CREDITÍCIOS ÀS EXPORTAÇÕES, EM FRONTAL COLISÃO COM O GATT. A FORTE OPOSIÇÃO DOS EUA OBRIGOU O BRASIL A RECLAR NAQUELA TENTATIVA, MAS NUNCA RECLIOU NO USO DE ESTÍMULOS TRIBUTÁRIOS, DE ELEVAÇÃO DA PROTEÇÃO E DO CRÉDITO PARA ESTIMULAR A PRODUÇÃO DOMÉSTICA DE BENS SUBSTITUTOS DE IMPORTAÇÃO.

6 ARAÚJO E SALERNO (2014); GOMES E PONTUAL RIBEIRO (2014); MESSA (2014); CAMPOS NETO ET AL (2014).

7 OUTRA FONTE DE ELEVAÇÃO DA PTF SÃO OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, COMO É REVELADO POR UMA INVESTIGAÇÃO CONDUZIDA PELA EQUIPE DO IPEA, VER SCHETTINI E AZZONI (2014). APESAR DA SUA IMPORTÂNCIA, TOMAMOS A DECISÃO DE NÃO ABORDAR ESTE TEMA NO PRESENTE LIVRO PORQUE ELE JÁ FOI OBJETO DE UMA EXTENSA PESQUISA E DE RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA FEITAS PELO CDDP.

que os potenciais ganhos de produtividade dessa migração são muito menores do que políticas horizontais de elevação da produtividade na economia como um todo. Comparando o Brasil com países desenvolvidos, Miguez e Moraes (2014) mostram que os potenciais ganhos de produtividade são muito maiores caso aproximemos a produtividade de cada setor da economia brasileira dos níveis internacionais, do que caso migremos nossa força de trabalho para uma distribuição setorial similar à desses países. Isso sugere que a defasagem de produtividade do trabalho da economia brasileira, em relação ao mundo desenvolvido, tem menos relação com a estrutura produtiva e mais com os baixos níveis de produtividade em cada setor. Uma causa potencial para essa baixa produtividade setorial é apontada por Barbosa Filho e Corrêa (2017), que mostram uma atípica concentração de empresas pouco produtivas no Brasil, possivelmente decorrente de limitações (em grande parte limitações burocráticas) ao fechamento de empresas ineficientes ou da falta de estímulos (como comércio internacional) à entrada de competidores mais produtivos.

Um terceiro canal de aumento da produtividade é a reforma tributária abrangendo todos os impostos sobre bens e serviços que atualmente têm uma incidência em cascata, reunindo-os em um único Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA), na forma proposta por Bernard Appy. Na sua concepção original o ICMS e o IPI seriam impostos sobre o valor adicionado, mas na prática tais tributos degeneraram por inúmeras razões em uma incidência em cascata, que impede que na exportação, por exemplo, a sua incidência nas várias fases do processo produtivo seja completamente eliminada, transformando-se, de fato, em um imposto sobre a exportação. Em particular o ICMS transformou-se em uma arma na guerra de incentivos entre governos estaduais, o que pode ser benéfico para aquela particular região, mas não necessariamente para o país como um todo. Finalmente, o crescimento do setor de serviços e o uso de serviços como insumos na produção de bens impede que um

IVA verdadeiro deixe de fora de sua estrutura o imposto sobre serviços (ISS). Bernard Appy analisa todos estes pontos com extrema clareza, e propõe uma reforma na qual o país convergiria gradualmente para um IVA verdadeiro, cobrado no destino e não mais no ponto de origem do fato gerador. Sem dúvidas uma parte da perda de competitividade das exportações brasileiras é devida às distorções provocadas pelo atual sistema, e esta reforma torna-se ainda mais importante diante do objetivo de abrir a economia, elevando simultaneamente exportações e importações.

Um tema abordado na forma de um estudo de caso é o das privatizações. Há questões complexas e específicas a cada setor, mas há pontos em comum, como os que são abordados logo na introdução do capítulo escrito por Lazzarini, Barbosa e Lisboa. Diversos estudos que avaliaram mudanças na propriedade de empresas estatais sugerem que o controle privado é normalmente associado a um efeito positivo e significativo sobre o desempenho financeiro e operacional das empresas privatizada, e a resenha de Megginson e Netter (2001) dá evidências fartas a esse respeito. Mas ainda assim países mantêm empresas estatais, dentre as quais bancos públicos, como é o caso do Brasil. O caso estudado por Lazzarini, Barbosa e Lisboa refere-se à Caixa Econômica Federal. Ela desempenha atividades de alta relevância em políticas públicas: como o financiamento de crédito imobiliário; a gestão de fundos públicos (com ênfase no FGTS); e a operação de programas sociais de transferência de renda, e isso ao lado de sua atuação como banco múltiplo, com particular ênfase sobre seu impacto na concorrência setorial e na sua possível penetração ou “capilaridade” em áreas menos desenvolvidas. Neste capítulo é feita uma avaliação sobre o desempenho da CEF em cada uma dessas atividades. São analisadas evidências internacionais sobre formas alternativas de gestão dessas atividades e propondo uma série de medidas regulatórias necessárias para garantir a sua adequada provisão nesse modo privado. Ao final o

capítulo faz considerações sobre a viabilidade e os procedimentos para uma eventual transição de execução pública para privada no contexto das atividades da CEF.

No último anexo a este volume o CDPP encampou as propostas conjuntas do Instituto Sou da Paz, Forum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Igarapé no campo da segurança pública. A razão é simples: o Brasil está entre os 10% de países com maiores taxas de homicídio do mundo, e apesar de uma população equivalente a 3% da população mundial, concentra cerca de 14% dos homicídios do mundo, com taxas semelhantes às de Ruanda, Republica Dominicana, África do Sul e Republica Democrática do Congo. Há uma perda vidas em idade produtiva que não pode ser negligenciada. Parte do problema se resolve com o aumento da renda per-capita e com ações melhorando a distribuição de rendas, e que permitam aumentar o grau de inclusão social. Mas é necessário, também, aumentar a eficiência das políticas de segurança pública, que depende do estabelecimento de uma *política de segurança baseada em evidências* – isto é, do desenho de políticas públicas baseadas no estado-da-arte da evidencia empírica sobre quais tipos de intervenções funcionam. Dessa forma, é urgente a agregação de dados sobre a atuação das forças de segurança e o monitoramento e acompanhamento das políticas públicas implementadas, adaptando-as ou descontinuando-as quando sua eficácia não for observada.

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. (2012) *“Why Nations Fail: The origins of power, prosperity and poverty”*, Crown Publishing, Nova Iorque.

ARAÚJO, Bruno Cesar; SALERNO, Mario Sergio. (2014) *“Padrões Tecnológicos e Aprendizado de Exportações: o caso das firmas industriais brasileiras: 2006-2008”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, vol. 2, IPEA.

AZZONI, Carlos; SCHETTINI, Daniela. (2014) *“Determinantes Regionais da Produtividade Industrial: O Papel da Infraestrutura”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, vol. 2, IPEA.

BARBOSA FILHO, F. H.; CORREA, Paulo. (2017) *“Distribuição de produtividade do trabalho entre as empresas e produtividade do trabalho agregada no Brasil.”*, incluído em BONELLI, Regis *“A Anatomia da Produtividade no Brasil”*.

BILS, Mark; KLENOW, Peter J. (2000) *“Does Schooling Cause Growth”*, American Economic Review, vol. 90, no. 5, pp. 1160-1183, dez. 2000.

BONELLI, Regis. (2014) *“Produtividade e Armadilha do Lento Crescimento”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, vol. 2, IPEA.

CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; HASENCLEVER, Lia; MIRANDA, Rogério Boueri; PARANHOS, Julia; SILVEIRA, José Maria. (2014) *“Impacto da Infraestrutura de Transportes sobre o Desenvolvimento e a Produtividade no Brasil”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, vol. 2, IPEA.

ELLERY JR., Roberto. (2014) *“Desafios para o Cálculo da Produtividade total dos Fatores”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, IPEA.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; PESSÔA, Samuel de Abreu; VELOSO, Fernando A. (2013) *“Experiências Comparadas de Crescimento Econômico no Pós-Guerra”*, incluído em *“Desenvolvimento Econômico: uma Perspectiva Brasileira”*, Elsevier.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; VELOSO, Fernando. (2013) *“O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra”*, incluído em *“Desenvolvimento Econômico: uma Perspectiva Brasileira”*, Elsevier.

FILHO, Fernando Holanda Barbosa; PESSÔA, Samuel de Abreu; VELOSO, Fernando A. (2010) *“Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Brasileira com ênfase no capital humano – 1992 2007”*. RBE, vol. 62 #2, abr.-jun. 2010.

FRANCO, Gustavo. (2016) *“O Conselho Monetário Nacional como autoridade monetária: das origens aos dias atuais”* incluído em *“A crise Fiscal e Monetária Brasileira”*, organizado por Edmar Bacha, Civilização Brasileira.

GOMES, Victor; PESSÔA, Samuel de Abreu; VELOSO, Fernando A. (2003) *“Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Brasileira”*, PPE vol. 3, #3.

GOMES, Victor; PONTUAL RIBEIRO, Eduardo. (2014) *“Produtividade e Competição no Mercado de Produtos: uma Visão Geral da Manufatura no Brasil”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, vol. 2, IPEA.

LANGONI, Carlos Geraldo. (1973) *“Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil”*, 2 ed., Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

MEGGINSON, William L; NETTER, Jeffrey M. (2001) *“From State to Market: A Survey of Empirical Studies on Privatization”*, Journal of Economic Literature, vol. 39, no. 2, pp. 321-389, jun. 2001.

MENDES, Marcos. (2016) *“A Lei 11.803/2008 e a Relação Financeira Te-*

souro - Banco Central”, Textos para discussão do Senado Federal n. 189.

MESSA, Alexandre. (2014) *“Determinantes da Produtividade na Indústria Brasileira”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, vol. 2, IPEA.

MIGUEZ, Thiago; MORAES, Thiago. (2014) *“Produtividade do Trabalho e Mudança Estrutural: uma Comparação Internacional com Base no World Input-Output Data-base (WIOD) 1995-2009”*, incluído em *“Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes”*, vol. 2, IPEA.

RODRIK, Dani. (2017) *“Straight Talk on Trade: Ideas for a Sane World Economy”*.

SAE-PR, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Relatório de Conjuntura no 4: Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil, junho de 2018. Disponível em <https://bit.ly/2LGRuCT>

